

IJ
00418
ex. 1

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

NOTAS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO NO ESPÍRITO SANTO

418
E.1

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

IJ00418
6476/1984
EX:1

711.409815 g
159 m
6476/84 ex 1

NOTAS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO NO ESPÍRITO SANTO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

NOTAS PARA UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
URBANO NO ESPÍRITO SANTO

OUTUBRO/84

INTRODUÇÃO

A melhor compreensão da realidade urbana e regional capixaba está intimamente ligada às raízes históricas de configuração das relações sócio-econômicas do Espírito Santo. Politicamente, o papel caudatário assumido pelo Estado, na região sudeste, deriva das relações econômicas e políticas a que foi objeto, bem como as formas de estruturação do poder junto às classes capixabas.

Essas causas remontam à década de 30, quando, no cenário nacional, verifica-se o início das transformações na estrutura produtiva brasileira, saindo de um modelo agrícola exportador para um modelo de substituição de importações de manufaturados. O setor industrial se expande através da produção de bens de consumo não duráveis, feito através da aplicação de excedentes oriundos da venda de produtos brasileiros ao exterior.

A partir da década de 50, acelera-se o ritmo dessas transformações, dessa vez alimentado pelo ingresso de capital e de empresas internacionais na economia brasileira. O capital nacional, assim como as elites dominantes, ficam subordinados à nova ordem, ao mesmo tempo em que setores urbanos envolvidos em pactos políticos, de cunho populista, ficam afastados da estrutura de Estado. Para sustentar uma economia internacionalizada, com base num acelerado processo de industrialização, modifica-se a estrutura social brasileira, acelerando o processo de urbanização, com a substituição da força de trabalho rural pela urbana e a proletarianização de expressivos contingentes populacionais.

Somente a partir da década de 60 passam a ser sentidos os reflexos dessas transformações no cenário espiritosantense. Até essa década, a economia do Estado assentava-se numa base primário-exportadora, tendo no café a principal expressão. O ingresso do capital estrangeiro, aliado ao capital federal, em território capixaba, procava novas composições na dinâmica econômica.

A nível rural, o café é substituído por grandes extensões de pecuária, com modificações na estrutura fundiária, expulsando expressivos contingentes populacionais dessas áreas. Paralelamente, o novo modelo de crescimento econômico, calcado na industrialização emergente, através de Grandes Projetos, atrai esses contingentes para a região de Vitória, provocando um verdadeiro inchamento da Aglomeração Urbana de Capital do Estado.

O nível de investimentos na Grande Vitória, não inclui a geração de uma demanda de empregos, capaz de absorver esses contingentes migrantes. A nível estadual, tenta-se a formulação de políticas alternativas de crescimento, centradas na implantação de empreendimentos industriais de médio porte, especialmente agro-industriais. Entretanto, isso se torna inócuo frente a capacidade de investimentos no setor industrial da Grande Vitória. Com isso, as elites estaduais, bem como o capital local, declinam de sua tradicional posição hegemônica, aliando-se à nova estrutura de produção.

Os projetos de construção e de expansão portuária, além dos empreendimentos de grande porte, para a produção de insumos básicos, são os principais componentes para uma nova forma de articulação do Espírito Santo com o sistema produtivo brasileiro. Os investimentos concentram-se em áreas litorâneas próximas à capital, enquanto a dinâmica econômica passa a estratificar-se no espaço físico-geográfico.

A malha urbana da Aglomeração Urbana de Vitória cresce desmesuradamente. Expressivos contingentes populacionais fixam-se em bolsões de pobreza, com uma qualidade de vida deteriorada, alijados de quaisquer serviços urbanos. Verifica-se a inexistência de políticas urbanas, emanáveis tanto a nível federal como estadual, capaz de fazer frente a espiral de problemas que passa a marcar a vida urbana. E nem mesmo o patrimônio ambiental fica incólume, sendo, aos poucos, delapidado.

A economia capixaba, já numa nova fase, passa a caracterizar-se por um consórcio entre capital estrangeiro, estatal e local, privado com a participação das elites locais na fixação das políticas. Por isso mesmo que,

tendo no capital internacional o esteio desse processo, torna-se o setor econômico capixaba mais susceptível às oscilações internacionais, dada a interdependência existente. Além disso, politicamente, esse quadro significa um atrelamento da estrutura local a esse capital, acabando por limitar a margem de atuação e de excluir das decisões a grande massa de trabalhadores.

Esse quadro oferece, sucintamente, a caracterização da dinâmica econômica, que se processa no Estado, a partir das últimas quatro décadas, conformando aspectos da realidade atual e possibilitando indicativos às tendências futuras. Alguns indicadores econômicos e sociais complementam essa apreensão da realidade. O setor industrial passa, de um percentual de 6%, na década de 60, para 30%, na década de 80, na composição da renda interna gerada. O setor agrícola perde sua participação global (de 49% em 1960, cai para 12%, em 1980), com reflexos na PEA. O setor terciário é quem, de fato, recebe maior incremento de trabalhadores, no mesmo período. Os movimentos de população são reveladores da dinâmica populacional, pois, após crescer a uma taxa de 6,3%a.a., a Grande Vitória abriga, nos últimos 30 anos, 35% da população do Estado.

Paralelamente à dinâmica populacional verificada, observa-se uma forte concentração de capital, marginalizando a grande massa de trabalhadores, a maioria deles ficando à margem dos mercados de trabalho, sem condição de garantir as mínimas condições de vida. A par do que acontece na Grande Vitória, as cidades de porte médio do Estado reproduzem a situação verificada na capital. Os trabalhadores marginalizados são representados pelos bôias-frias, que atendem à sazonalidade das culturas e aos biscates na cidade.

Esse quadro, em que se ampliam as contradições existentes na economia capixaba, hoje sofrendo reflexos de evolução capitalista brasileira, permite um vasto campo de especulação às atividades acadêmicas, visando apresentar alternativas à correção das distorções impostas. Abre-se um extenso fórum de debates, no sentido de formalizar um balizamento das principais estratégias a serem seguidas.

O presente documento pretende apenas contribuir para apresentar algumas proposições básicas. A partir dos problemas urbanos e regionais emergentes, bem como das políticas governamentais em curso, acredita-se suficiente a delimitação de um campo de ação que venha a responder pelos anseios e expectativas de quem vem se constituindo sujeito, mas, também, objeto de ações empreendidas durante as últimas 4 décadas no Espírito Santo.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: *Estado do Espírito Santo e Brasil*
Composição do Produto Interno

QUADRO 2: *Estado do Espírito Santo e Brasil*
Taxas Reais de Crescimento do PIB

QUADRO 3: *Estado do Espírito Santo e Brasil*
Distribuição Setorial da PEA

QUADRO 4: *Estado do Espírito Santo e Brasil*
Índice de Gini: Concentração da Renda e da Propriedade Fundiária

QUADRO 5: *Grande Vitória e Espírito Santo*
Evolução da População Urbana e Rural da Grande Vitória e do Estado do Espírito Santo - 1940/1980

QUADRO 6: *Grande Vitória*
Crescimento de Domicílios - 1970/1977

ÍNDICE	PÁGINA
INTRODUÇÃO	3
1. ANÁLISE DA REALIDADE CAPIXABA	9
1.1. ALGUMAS NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RECENTE DO CAPITALISMO NO BRASIL	9
1.2. O ESPÍRITO SANTO DOS ANOS 60 AOS ANOS 80	13
1.3. ALGUNS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO	24
1.4. NOTAS SOBRE A ESTRUTURA ATUAL DA REDE URBANA	32
2. UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESPÍRITO SANTO .	37
2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	37
2.2. POLÍTICAS DE REORDENAÇÃO DO ESPAÇO E DO MEIO AMBIEN TE	39

1.

ANÁLISE DA REALIDADE CAPIXABA

1.1. ALGUMAS NOTAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RECENTE DO CAPITALISMO NO BRASIL

Até por volta de 1930, a sociedade brasileira era uma sociedade predominante agrícola. A economia brasileira ligava-se firmemente ao exterior pela exportação maciça de produtos primários, com primazia do café, e importando uma grande variedade de bens de consumo industriais. O Estado, dominado por uma classe capitalista ligada, principalmente, à produção e exportação de café, mantinha a participação popular em nível totalmente inexpressivo.

Entre os anos 30 e 50 reorganizaram-se, tanto a base produtiva quanto a estrutura de poder. A economia brasileira diversificou sua base, com o desenvolvimento rápido de um setor industrial onde preponderava a produção de bens de consumo, notadamente bens de consumo não duráveis. Esta produção industrial expandiu-se graças ao rápido crescimento da importação de insumos e equipamentos. Ou seja, os dólares conseguidos com a exportação de café, e que antes eram maciçamente utilizados para importar bens manufaturados, passaram a ser utilizados, em grande parte, para pagar a importação de insumos e equipamentos, utilizados para incrementar a produção nacional desses manufaturados. Este crescimento industrial de característica duplamente nacional, ou seja, empresários nacionais e produção voltada para o mercado interno, veio acompanhado da crescente urbanização e da abertura de um forte mercado para a parcela do setor agrícola dedicada à produção de alimentos. Concentrou-se a população nas cidades, criaram-se empregos urbanos, expandiu-se a demanda por alimentos e por manufaturados de consumo popular.

Essa diversificação na base produtiva e essa significativa concentração urbana de população provocaram e foram reforçadas por todo um rearranjo

político. Em meio a levantes políticos e militares, consolidou-se uma nova aliança de poder, onde preponderaram o empresariado industrial e a parcela de grandes proprietários rurais voltados para a produção de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, a par de uma participação menor, embora crescente, dos novos estratos de classe média urbana e do operariado em rápida expansão neste período.

Este modelo de crescimento, baseado na substituição de importações de bens de consumo por importações de máquinas e insumos, para produzir internamente os manufaturados antes importados, não tinha condições de sustentação a longo prazo:

- Uma vez completada a substituição, o modelo perde sua base de sustentação,
- Como grande parte das máquinas e insumos utilizados na expansão da indústria - o setor mais importante do modelo - é importada e paga com os dólares da exportação de café e outros produtos primários, o financiamento da expansão fica extremamente dependente das oscilações e da deterioração dos preços desses produtos primários no mercado internacional.
- A base popular mais ampla no arranjo do poder amplia rapidamente as reivindicações dirigidas ao setor público, mas os compromissos deste com o crescimento do capital industrial reduzem seu raio de manobra para atender a tais reivindicações.

No final dos anos 50, criam-se as bases econômicas para um novo modelo de crescimento, significando um grande passo adiante da maturidade do capitalismo brasileiro.

Transferem-se para o Brasil, em ritmo acelerado, filiais das grandes empresas internacionais, as quais, juntamente com algumas empresas nacionais, vão modificar rapidamente a estrutura do parque industrial, influenciando decisivamente sobre o futuro da sociedade brasileira, e com reflexos diferenciados a nível regional.

Uma indústria que até então produzia preponderantemente bens leves de consumo, que era em sua maior parte de propriedade de capitais nacionais e que se expandia baseada na importação crescente de insumos e equipamentos, passa a ter, ao cabo de alguns anos, uma feição inteiramente distinta:

- Desenvolve-se um amplo setor produtor de bens de consumo duráveis, com produção em larga escala e tecnologia moderna (automóveis, eletrodomésticos, etc.), a par de um crescimento parcial mas expressivo do setor produtor de insumos e equipamentos.
- Estes novos setores assumem rapidamente a liderança da economia brasileira.
- Os ramos mais modernos e mais dinâmicos da indústria ficam sob o controle de grandes empresas (oligopólios) internacionais, num processo conhecido como internacionalização da economia brasileira, no qual as empresas nacionais passam a ter um papel subordinado e complementar.
- Esta expansão exige a organização e o fortalecimento de outros setores de base da economia (energia, aço, petroquímica, mineração, etc.) o que, dada a fragilidade do empresariado nacional e a necessidade de reprodução ampliada do capital, fortalecerá o Estado Empresário como poderoso ator no cenário econômico. O setor produtivo estatal, em poucos anos, dominavam setores extremamente importantes da economia brasileira.

Esses novos compromissos com o grande capital afastam o Estado brasileiro da base popular de sua aliança de poder, ou seja, dos setores urbanos incluídos no pacto populista. E isto num período de rápido crescimento das reivindicações e organizações populares, consubstanciado na luta salarial e na campanha pelas reformas.

Alinham-se numa nova aliança todos os setores capitalistas, sob hegemonia do capital estrangeiro, e com a participação de militares e tecnocratas instala-se um regime autoritário, onde é anulado qualquer espaço de

participação dos trabalhadores e a participação das classes médias urbanas quase reduz-se ao plano das aparências.

Observe-se que com o passar dos anos o regime autoritário irá excluir da participação no poder e das decisões econômicas uma grande parcela do empresariado nacional, notadamente os pequenos e médios empresários. Expressão desta aliança, os Governos pós-64 optam por um projeto político autoritário e excludente, e que no plano econômico vai subordinar o Estado e as políticas públicas à acumulação de capital, com prioridade para o grande capital internacional, e relegando a plano secundário as condições gerais de vida da imensa maioria da população brasileira. Implantou-se um *pacote* de reformas que mostram claramente o sentido de seu projeto social:

- Para atender às exigências de aumento da taxa de lucro das indústrias e de rápida ampliação do mercado de bens duráveis de consumo, impôs-se uma política de rebaixamento sistemático dos salários e de concentração da renda.
- Desenvolveu-se uma política tributária e fiscal que agravou o caráter regressivo da tributação brasileira, reforçou violentamente o Poder do Governo Federal às custas da autonomia financeira do Estado e Municípios, e, através de um amplo sistema de subsídios e incentivos fiscais, *redistribuiu* a renda em sentido inverso, ou seja, repassou, notadamente para os grandes grupos econômicos, grande parte de poupança nacional.
- Estimulou-se ao máximo a internacionalização da economia brasileira e o endividamento externo, que a título de funcionarem como promotores de um rápido crescimento econômico, levaram a economia brasileira, após poucos anos de euforia desenvolvimentista, a um extremo grau de dependência externa e, finalmente, à retração do próprio crescimento econômico, subordinando toda a política econômica à administração de uma dívida externa que atinge nível insustentável.
- Subordinaram-se as políticas sociais à acumulação de capital e à rápida formação de novas fortunas individuais, o que, por definição, in

viabiliza qualquer programa de efetiva solução dos mais graves problemas que afetam a imensa maioria da população (saúde, educação, habitação, saneamento, abastecimento e transporte).

- Privatizaram-se ao máximo os setores reprodutivos como a saúde, a educação e o transporte coletivo; ajustaram-se os programas de habitação e saneamento, não às necessidades coletivas, mas ao interesse e ao ritmo de acumulação das empresas privadas que operam no setor, e reduziu-se o cuidado com o abastecimento popular a ocasionais *projetos de impacto*, mas cujo efeito pouco transcende os meios de comunicação.
- Uma das marcas registrada deste descaso sistemático é o caótico processo de urbanização dos últimos vinte anos.

1.2. O ESPÍRITO SANTO DOS ANOS 60 AOS ANOS 80

A nível regional, os vinte anos de regime autoritário e centralizador viabilizaram uma nova divisão regional do trabalho. Divisão esta subordinada às características principais do modelo, ou seja, favorecimento aos grandes grupos econômicos, concentração de renda, internacionalização do espaço econômico brasileiro e vinculação estreita do crescimento ao endividamento exterior.

Esta regionalização e o conjunto das reformas e políticas públicas do *modelo brasileiro*, influíram decisivamente na evolução da Economia e da Sociedade capixabas nos últimos 20 anos, lançando ainda fortes condicionantes para o futuro próximo.

Até o início dos anos 60 a economia estadual era uma economia extremamente simplificada, com predomínio quase absoluto da agricultura cafeeira de exportação, complementada secundariamente com exportação de madeira e cacau e com um setor agrícola de produção de alimentos, em grande parte a nível de produção de subsistência.

O grau de industrialização da economia era extremamente baixo (inferior a 10%), caracterizando-se o setor secundário, via de regra, por pequenas unidades de tecnologia rudimentar, transformadoras de matérias-primas locais. O crescimento industrial do Estado era obstado pela precariedade das ligações viárias com outras regiões geo-econômicas do país, pela insuficiência da oferta de energia e pela limitação de seu mercado consumidor doméstico, dentre outros fatores.

O Espírito Santo vivia basicamente da produção e exportação de produtos primários, articulando-se duplamente com a economia brasileira:

- Suas exportações primárias especialmente o café, geravam dólares para as importações necessárias à expansão da indústria dos Estados do Sul.
- O excedente, em cruzeiros, resultante dessas exportações, em grande parte apropriado pelo capital mercantil e frações de classe média a ele ligadas, transformava-se em renda transferida ao sul industrializado, através da compra de bens manufaturados lá produzidos, incluindo aí investimentos especulativos da classe dominante nas metrópoles do sul.

Quanto à maioria da população, localizada no campo, grande parte do seu consumo necessário resolvia-se fora da economia de mercado, através da produção familiar de auto-consumo e de um baixíssimo nível de vida no tocante à utilização de bens de consumo manufaturados.

A dinâmica do processo de acumulação de capital nos termos do modelo brasileiro, determinou mudanças profundas no Espírito Santo nos últimos vinte anos.

A subordinação da sociedade brasileira à rápida expansão do capital monopolista implicava na incorporação da imensa *periferia* do centro moderno e industrializado a este processo de acumulação.

Em resumo, integrar a *periferia* sim, mas submetendo a força de trabalho barata e os recursos naturais, quando possível aliados a vantagens de localização e a incentivos fiscais, aos interesses da acumulação do capital monopolista.

De modo geral alia-se ao fornecimento da infra-estrutura pelo Estado e aos favores fiscais, a participação das empresas estatais nestes empreendimentos, em consórcio com grupos econômicos internacionais.

Essas políticas, conjugadas com o arrocho salarial e o desaso pelas políticas sociais e de meio ambiente, permitem maximizar a extração do excedente e a acumulação de capital com incorporação crescente das regiões periféricas.

Nesse modelo brasileiro concentrador e internacionalizante ocupa posição privilegiada a exportação de seminaturados, a par com o incremento da exportação de produtos primários. Esta prioridade, conjugada à fragilidade da economia tradicional e às vantagens locais, faz com que o Espírito Santo seja escolhido como sede de alguns Grandes Projetos (Aracruz Celulose, Flonibra, Cia. Siderúrgica de Tubarão, Porto e Peltizações da CVRD, SAMARCO e, finalmente, expansão portuária ligada ao corredor de exportação).

Essa integração ao modelo brasileiro pela via dos Grandes Projetos começa a se definir de maneira mais clara somente a partir do final dos anos 60. Ao longo dessa década, a economia capixaba foi drasticamente afetada pela política de erradicação de cafezais que, no curto espaço de três anos, reduziu aproximadamente à metade os plantios existentes.

A generalizada crise que daí resultou para todo o sistema produtivo estadual, dada a elevada participação do café em termos de renda e emprego, levou à formulação de uma política alternativa de crescimento, centrada na implantação de empreendimentos industriais de médio porte, especialmente agro-indústrias.

Pouco mais de uma centena de empreendimentos daquela natureza é apoiada por um aparato institucional especialmente estruturado, e cuja ação se caracterizou em muitos casos pela concessão pródiga e indiscriminada de favores fiscais e creditícios. Os impactos transformadores desses empreendimentos se diluíram dentro dos efeitos de expressão maior causados pelos Grande Projetos, indiscutivelmente os principais responsáveis pelas profundas alterações econômicas e sociais ocorridas no Estado.

A inserção do Espírito Santo dentro desse processo modernizante, fez-se mais intensamente a partir dos anos 70, explorando-se, sobretudo, as vantagens locacionais do Estado, com base de exportação de serviços e de produtos industriais semi-acabados para o exterior. Por isso, foi importante a eliminação dos estrangulamentos infra-estruturais (transporte, energia, telecomunicações) que caracterizavam a economia capixaba até então, valendo registrar, em especial, a modernização do sistema de transportes que liga o Estado à região geo-econômica do Corredor de Exportação GO/MG/ES.

Os projetos de construção e expansão portuária, e os empreendimentos de grande porte para a produção de insumos básicos (*pellets* de minério, semi-acabados de aço e celulose), estes últimos constituídos por associações de capital de empresas estatais e estrangeiras, são os componentes principais da nova forma de articulação do Espírito Santo com o sistema produtivo da economia brasileira. E formam o que se poderia chamar de *setor exportador e industrial de grande porte* na economia capixaba, responsável maior pelas transformações profundas verificadas no setor.

Merece especial destaque, também, dentre os setores dinâmicos, a expansão da pequena e média indústria, cujo crescimento acelerado, na década de 70, foi apoiado pela modernização da infra-estrutura econômica do Estado e pelos incentivos fiscais e financeiros administrados pelo GERES (Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo) e BANDES (Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A.). Predominantemente voltada para o aproveitamento de matérias-primas locais (alimentos, mi

nerais não metálicos, madeira, metalurgia e bebidas), concentrada na produção de bens intermediários e com baixo grau de integração entre os seus diversos setores, a pequena e média indústria orientou-se, basicamente, para o mercado interno do país, sendo apreciável, entretanto, a parcela de sua produção que se destina ao exterior.

A par dos efeitos mais gerais de concentração de renda e internacionalização, essa *Política Econômica Regional Integrada* para o Espírito Santo, integrada ao modelo internacionalizante e dependente, provocou os seguintes efeitos:

EFEITO 1

Concentração dos Grandes Projetos na Grande Vitória e em áreas litorâneas próximas da capital (os dois projetos mais distantes localizam-se a menos de 100km do centro de Vitória). Este crescimento centralizado exigiu a formação rápida de um amplo mercado de trabalho na área metropolitana, numa conjuntura em que se somaram:

- Fragilidade financeira do governo de um Estado pobre (situação agravada pela centralização financeira imposta pelo Poder Central neste modelo);
- Necessidade de expansão imediata e significativa na oferta de infraestrutura urbana e bens públicos de consumo, com ausência de contrapartida fiscal a partir desses mesmos Grandes Projetos, cujos subsídios e isenções não os fazem pagar sequer pela infra-estrutura de responsabilidade governamental ligada diretamente à sua implantação e operação;
- Ausência, tanto a nível federal, quanto estadual, de uma política urbana global e eficiente.

Para a formação desse mercado de trabalho contribuiu decisivamente a rápida e violenta desagregação da estrutura agrária do Estado, fundada na pequena propriedade familiar articulada com a mão-de-obra de parceria. A subserviência do Executivo Estadual ao Poder Central e a ausência de uma política agrária nacional e estadual com um mínimo de compromisso e respeito pelo pequeno proprietário/produzidor permitiram a destruição, em curto espaço de tempo, de milhares de pequenas propriedades agrícolas. Os mecanismos que possibilitaram esse processo de desagregação foram os seguintes:

- Erradicação maciça de cafezais num curto espaço de tempo, desestabilizando a pequena propriedade, incapaz de sobreviver economicamente com base na criação extensiva de gado, principal alternativa de diversificação existente;
- Concentração do crédito rural nas mãos dos grandes proprietários;
- Subsídios às grandes empresas de reflorestamento, (até 1981, existia 130.000ha de eucaliptos), e recentemente do programa PROÁLCOOL (há 18 usinas de álcool aprovadas para o Espírito Santo), que somados à liberação de aquisição de terra com recursos do FUNDAP, vêm estimulando a formação de grandes e mesmo imensas propriedades às custas da eliminação e conglomeração de pequenas propriedades;
- Falência do sistema cooperativista do Espírito Santo, que além de não contar com a assistência técnica sistemática e de qualidade, assim como de proteção direta ante a concorrência dos grandes oligopólios, desestabilizou-se pela progressiva retirada das vantagens fiscais de que gozaram até então as cooperativas;
- Uma política de preços e um sistema de comercialização que funcionam como expropriadores dos ganhos do pequeno produtor.

Todo esse processo ocasionou um impacto no setor terciário, pois além das atividades de apoio aos setores dinâmicos, desenvolveu-se toda uma gama de serviços pessoais requeridos por um aglomerado urbano com dimensão superior a 800.000 habitantes, como é a Grande Vitória, hoje.

A sustação de empregos, causada pela reestruturação e estagnação do se tor agrícola, e a insuficiência numérica de novos postos de trabalho, criados nas atividades urbanas - caracterizadas por uma relação investi mento/emprego normalmente muito elevada, e por um multiplicador de em prego limitado pela fraca integração entre os diversos setores indus triais dentro do Estado - tem provocado, em *primeiro lugar*, a emigração de milhares de capixabas para outras áreas do país, em busca de oportu nidades de trabalho. Em *segundo lugar*, nota-se registro de taxas de sub emprego mais elevados nos centros urbanos, representadas pelo crescimen to do chamado mercado de trabalho informal, constituído de atividades de baixa produtividade, tais como, biscateiros, empregados domésticos, vendedores ambulantes, etc.

EFEITO 2

CONSEQUÊNCIAS AMBIENTAIS RESULTANTE DO PROCESSO

O território do Espírito Santo possuía uma gama vastíssima de nichos eco lógicos e ecossistemas. O principal bioma era constituído de floresta tropical, cobrindo uma superfície de 45.597km², diferenciando-se pelas matas de maior porte, do platô terciário, conhecida como tabuleiros, as matas de encostas e montanhas, de menor porte e as florestas de restin ga e as restingas presentes em todo o litoral. Na foz da maioria dos rios existiam grandes extensões de manguezais.

Hoje há tendência às sucessões em cerrado, à savanização, à lateraliza ção dos solos e à desertificação das terras, gastas por técnicas predatô rias de exploração. A erosão pode ser constatada em muitas regiões do Estado¹.

¹Helena Gomes - Revista IJSN - Ano II, nº 1 - 1979 - Vitória-ES.

Os desmatamentos ocorridos no Estado nas últimas décadas, utilizando técnicas extrativas predatórias do ambiente, deixam hoje além de um solo devastado, sérias ameaças e consequências a saúde de sua população, como o *Câncer Cutâneo* na região norte capixaba (nas vilas do Pavão e Praça Rica, no município de Nova Venécia), e a destruição do Rio Doce, que outrora constituía a riqueza maior da área por ele banhada (sua bacia apresentava uma variedade de 400 espécies de madeiras, 700 de aves e 550 espécies de animais), acompanhada pela desertificação de toda região de sua influência². A própria agricultura do Estado está ameaçada, não só pela degradação de seu solo e pelas pragas - (com a alteração da cadeia alimentar surgem a cigarrinha da pastagem, o cupim, etc.)- mas, agora também, pelas extensas plantações de eucaliptos, da Aracruz Celulose, que vêm dominando várias regiões do Estado (inclusive o território dos índios tupiniquins), e o recente Pró-Álcool, com seu plantio de cana que como vem sendo demonstrado em outras regiões é uma grande fonte de poluição e desgaste do solo.

Se nos determos na região da Grande Vitória, a situação tende a se agravar. A grande concentração populacional da região, acelerada e induzida após os anos 60, com a erradicação do cafezais e pelo processo de industrialização através da Política dos Grandes Projetos, vêm provocar graves transformações ambientais. *A própria capital nasceu de aterros. Diversas ilhas foram anexadas à Vitória, e a costa extremamente recortada, hoje apresenta inúmeras retificações no perfil. Com a retirada da cobertura vegetal das ilhas, a recuperação ecológica das comunidades de sucessão e climax do continente, isolados pela água, é muito mais difícil. A extinção de algumas comunidades exóticas que as ilhas apresentam, tornam impossível a reprodução e o crescimento de aves aquáticas*³.

²Vide - Espírito Santo. *Maldição Ecológica* - Rogério Medeiros - 1983.

³Helena Gomes - Revista IJSN - Ano II, nº 1 - 1979 - Vitória-ES.

O capital imobiliário e industrial vêm também exercendo uma forte pres são na região da Grande Vitória, devendo ser com a maior urgência con trolada e racionalizada sua ação, para evitar danos irreparáveis ao po tencial ecológico e paisagístico da região.

A alteração dos morros e afloramentos rochosos, trazem como consequência a erosão; prejuízos sociais e econômicos em casos de desbarrancamentos; o não aproveitamento das áreas de lazer pela população da cidade, além de se tornarem locais de moradias precárias e de difícil acessibilidade.

Apesar do código florestal brasileiro considerar as restingas como zona de preservação permanente, devido à sua importância na fixação de dunas e manguezais, os loteamentos implantados em toda a orla, vem promovendo também a destruição das restingas a retificação de lagoas, a poluição dos recursos hídricos.

Os aterros e desmatamentos para fins madeiros, de ocupação, ou sanea mento, significam por outro lado, um grande prejuízo econômico e soci al para o Estado. A ecologia dos Alagadiços, costeiros é uma das mai s ameaçadas do Espírito Santo. Segundo dados de 1979 (Helena Gomes, Revis ta do IJSN) dos 850km² de áreas de mangues originais, dispúnhamos nesse ano de menos de 100km². O que, em 1984, deve certamente estar pi or. Os efeitos, de tais ações começam claramente a serem percebidos, quando em pesquisa realizada junto às Comunidades Pesqueiras do Espírito Santo pela SEAG, em 1983, constatou-se que o potencial pesqueiro no Espírito Santo está sensivelmente redizado. A pesca está praticamente exti nta em algumas regiões do Estado, principalmente na Grande Vitória, onde o impacto da industrialização e da urbanização tem sido maior. Deve ser também aqui destacada a situação deplorável da Grande Vitória, se veri ficada as suas condições sanitárias. Essa região, apesar de seu adensa mento, não vem recebendo nenhum tratamento dos esgotos, que são escoados em sua maioria para os rios e praias, juntamente com os despejos indus triais e hospitalares, significando a deterioração da saúde da popula ção. Asspcia-se a isso, a poluição das águas, a poluição sonora e princi palmente a poluição do ar que vem recebendo a cada dia maiores descar

gas de gases poluidores dos veículos automotores, da CST e da Aracruz Celulose.

Evidencia-se por esses, e por uma série de outros, exemplos que poderiam aqui serem listados, a necessidade de estabelecimentos de uma política urbana e regional, instrumentalizada não apenas por uma legislação, mas também pela programação de uma ação efetiva, cujas diretrizes preconizem a recuperação e exploração racional do potencial ecológico e paisagístico do Estado.

EFEITO 3

Vulnerabilidade do Pólo Dinâmico da Economia Capixaba. Os *Grandes Projetos* estão fortemente ligados ao desempenho da demanda internacional. Isto significa que qualquer alteração desse mercado coloca problemas praticamente insolúveis no âmbito da intervenção do Governo Estadual ou Nacional. Sua oferta é grande demais em termos de uma absorção marginal pelo mercado interno, e o mercado externo é quase absolutamente insensível ao poder do Governo Brasileiro.

EFEITO 4

Situação de dependência do Setor Público Estadual e Municipal. As políticas federais para o Espírito Santo tiveram um violento impacto sobre a estrutura governamental e as políticas públicas estaduais:

- Os Governos Estaduais que se sucederam à frente do Executivo Capixaba, constituíram-se em autênticos delegados do Poder Central e do grande capital.
- A subserviência ao Poder Central implicou na conformidade e passividade ante a violenta redução da autonomia financeira do Estado e dos Municípios.

- Dentro desse quadro de submissão ao Poder Central, a ausência de um Plano Estadual de Desenvolvimento, articulado com as demandas da população, resultava na aceitação, sem qualquer discussão, de projetos que o Governo Federal destinava ao Espírito Santo.
- A perda de autonomia fiscal imposta pelo Poder Central, a transferência de vultosos recursos públicos para a acumulação de grupos privados, locais ou não, através de uma política indiscriminada e não controlada de incentivos fiscais, e - comprometimento de recursos públicos com obras de essencialidade discutível, levaram a um sério estrangulamento das finanças públicas estaduais.
- Esta situação reproduziu-se, de forma agravada, a nível dos governos municipais, dependentes do Poder Central e do Poder Estadual, e tendo que arcar com grande parte das demandas sociais mais diretas.

EFEITO 5

Ausência de Participação Popular. Um regime autoritário e repressor, que favorece a internacionalização e a dependência externa, que prioriza a acumulação do capital privado, principalmente dos grandes oligopólios, e que organiza os Executivos Estaduais a partir da subserviência ao Poder Central, não poderia respeitar e dar condições de desenvolvimento à democracia e à participação popular.

1.3. ALGUNS INDICADORES ECONÔMICOS E SOCIAIS DO ESPÍRITO SANTO

A apreensão da realidade do Espírito Santo, complementa-se aqui com a apresentação de alguns indicadores econômicos e sociais. A possibilidade da comparação numérica ressalta a velocidade das transformações ocorridas no conjunto e em cada setor da economia.

O Quadro 1 retrata a composição do produto global nos últimos vinte anos. O que chama a atenção de imediato é o crescimento relativo do setor industrial, que de 6% em 1960 passa a representar 30% da renda interna gerada em 1980. Neste processo, o setor agrícola perde sua participação na renda global, (de 49% em 1960, cai para 12% em 1980). No bojo destas transformações observa-se que o Espírito Santo aproxima-se mais do perfil setorial da economia brasileira.

Tais mudanças também podem ser detectadas nas taxas diferenciadas de crescimento dos setores. Enquanto o setor industrial, no período 75/79, cresce a uma taxa real de 18,6%a.a., o setor agrícola cresce apenas 1,3%a.a. no mesmo intervalo, ficando o produto global com uma taxa real de crescimento na ordem de 13,9% ao ano. Este indicador comparado com o da economia nacional, conforme o Quadro 2, evidencia uma diferença marcante, ou seja, o produto global do Estado cresce com o dobro de velocidade que o produto a nível de Brasil.

Estas transformações a nível da produção refletem-se diretamente na estrutura de emprego, quer dizer, na composição da população economicamente ativa (PEA) em cada um destes três setores.

O Quadro 3 mostra esta composição para os mesmos períodos analisados anteriormente. Em primeiro lugar, nota-se uma queda brusca da participação da PEA do setor agrícola, pois enquanto em 1960, 70% do emprego era gerado neste setor, em 1980 apenas 38%. Isto, na verdade, é uma consequência da desestruturação do setor agrícola capixaba como também de políticas governamentais de incentivo a outros setores e falta de estímulo à produção agrícola. Desta forma, um grande número de trabalhado

res rurais são *desativados* de sua ocupação principal e partem do campo em busca de novos empregos nos demais setores.

Por outro lado, o grande *salto* do produto industrial não tem a mesma correspondência em aumento do emprego, como se vê, a PEA da indústria passa de 5 para 11% nestes 20 anos. Resta emtão, o setor terciário como opção de emprego para aqueles trabalhadores vindo do setor primário, e isto é constatado pelo significativo incremento de trabalhadores, no referido período (de 25 para 51%).

Na verdade, isto denota a característica fundamental do processo de industrialização, ou seja, seu crescimento é acompanhado do aumento da productividade do trabalho o que significa que investimentos elevados não são acompanhados de um aumento correspondentes de emprego.

A título de exemplo, observa-se que no âmbito dos grandes projetos, cada emprego direto custa em média um investimento fixo da ordem de 438 mil dólares. Assim, no geral, é evidente a incapacidade do modelo criar em empregos suficientes para absorver, num primeiro momento, o crescimento vegetativo da força de trabalho urbana e, num segundo momento, absorver o excedente expulso do campo.

Isto denota o forte afluxo da força de trabalho para o setor terciário, onde um grande número de pessoas sobrevivem às custas de atividades mal remuneradas e instáveis, sendo geralmente atividades por conta propria.

Este modelo traz em seu bojo uma forte concentração, vista de vários ângulos: concentração espacial das atividades econômicas privilegiando certos centros urbanos e certas regiões; concentração fundiária, na medida em que é cada vez mais difícil a sobrevivência dos pequenos proprietários rurais; e, também, concentração da renda gerada onde a riqueza de poucos é cada vez maior em detrimento da renda da maioria da população.

O índice de GINI para concentração pessoal da renda vem acusando aumentos consideráveis, tanto a nível de Brasil, quanto a nível de Espíri

to Santo. E o índice de GINI para a concentração fundiária, diretamente ligado à concentração de renda, evidencia um salto extraordinário no Espírito Santo (conforme Quadro 4).

Este processo de concentração de renda pode também ser detectado pelos números que se seguem, referentes ao Espírito Santo:

- 10% das pessoas que ganhavam mais (classe superior de renda) em 1970 detinham 45% da renda total, elevando-se para 56% em 1977.
- 56% das pessoas incluídas nas faixas menores de renda detinham 20,5% da renda total em 1970, comparativamente a 16,8% em 1977.

Utilizando-se o indicador da renda familiar, o quadro é ainda mais desalentador: em 1977, 41,3% das famílias recebiam rendas abaixo de 2 salários mínimos, detendo apenas 9,2% da renda total; sendo que 4,5% percebiam acima de 20 SM, perfazendo 32,9% da renda gerada.

Os movimentos migratórios da população são parte integrante desse processo de transformação, haja visto que a urbanização se intensifica em todo o Estado, principalmente na Grande Vitória, onde a população cresce de 1970 a 1980 a uma taxa de 6,3%a.a. e passa a abrigar em 1980, 35% da população do Estado. A taxa de urbanização do Estado que era de 28,4% em 1960, passa para 64,2% em 1980 (conforme Quadro 5).

Se, por um lado, o modelo possibilitou altas taxas de crescimento da riqueza em geral, por outro lado, como os próprios números indicam, poucos foram os seus beneficiários.

A imensa maioria da população que através do trabalho em condições muitas vezes precárias e geralmente com baixíssima remuneração, deu toda a base de sustentação desse crescimento, não só ficou à margem dos benefícios quanto sofreu as consequências pesadas desse padrão de desenvolvimento. O preço pago por essa população está expresso na escassez de alimentos, de habitação, de saneamento, de transporte e pelos serviços públicos cada vez mais precários como saúde, educação, etc., que caracterizam as condições de vida da população.

A intensa urbanização da Grande Vitória é acompanhada por uma crescente *favelização* da população. Pesquisa realizada pelo Governo do Estado em 1979, mostra 82 áreas consideradas com características de favelas, e nestas vivem nada menos que 262 mil pessoas (43% da população total). De um total de 10.000 barracos em 1970, passou-se a 32.175 em 1977.

Estas áreas não apresentam as mínimas condições para se tornarem habitáveis. Esta população não tem acesso aos serviços básicos, como mostram os dados de 1977: dos domicílios da Grande Vitória, 28% careciam de abastecimento d'água, 29% não tinham instalações sanitárias, 45% não eram servidos por esgotos e 15% não estavam ligados à rede de energia elétrica.

A carência destes serviços básicos reflete diretamente nas condições de saúde dessa população, na mortalidade infantil, na subnutrição, etc.

QUADRO 1
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E BRASIL
COMPOSIÇÃO DO PRODUTO INTERNO

(Dados em % de cruzeiros correntes)

SETORES	1960		1970		1980	
	ES	BR	ES	BR	ES	BR
Primário	49	19	23	10	12	13
Secundário	6	33	17	36	30	33
Terciário	55	48	60	54	58	54
TOTAL	100	100	100	100	100	100

- Fontes: 1) Espírito Santo: Indicadores Econômicos para o Espírito Santo. Núcleo de Pesquisa Econômico-Social do Departamento da Economia da UFES.
2) Brasil: Revista de Economia Política nº 5.

QUADRO 2
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E BRASIL
TAXAS REAIS DE CRESCIMENTO DO PIB

	PERÍODO	TAXA ANUAL
Espírito Santo	75/79	13,9
Brasil	73/80	7,1

- Fonte: 1) Espírito Santo: Indicadores Econômicos para o Espírito Santo. Núcleo de Pesquisa Econômico-Social do Departamento de Economia da UFES:
2) Brasil: Revista de Economia Política nº 5.

QUADRO 3
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E BRASIL
DISTRIBUIÇÃO SETORIAL DA PEA

SETORES	1960		1970		1980	
	ES	BR	ES	BR	ES	BR
Primário	70	60	53	40	38	36
Secundário	5	18	13	20	11	23
Terciário	25	22	34	40	51	41
TOTAL	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE. Censos Econômicos.
PSE/SEPLAN-ES, 1977.

QUADRO 4
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E BRASIL
ÍNDICE DE GINI: CONCENTRAÇÃO DA RENDA E DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA
1960 a 1975

ANOS	CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA		CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA*	
	ES	BR	ES	BR
1960	0,52	0,83	0,56	0,57
1975	0,61	0,85	0,58	0,60

*Índice de Gini de 1970 e 1977.

QUADRO 5

GRANDE VITÓRIA E ESPÍRITO SANTO

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL DA GRANDE VITÓRIA E DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - 1940/1980

ANOS	GRANDE VITÓRIA			ESPÍRITO SANTO			PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DA GRANDE VITÓRIA NO ES (%)	TAXA DE URBANIZAÇÃO
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL		
1940	91.570	62.035	29.535	790.149	158.025	632.124	11,59	20,0
1950	110.931	82.829	28.104	957.238	199.186	758.052	11,59	20,1
1960	198.265	169.647	28.618	1.418.348	403.461	1.014.887	13,98	28,4
1970	385.998	332.483	53.515	1.599.333	721.916	877.417	24,13	45,1
1977	563.425	488.932	74.502*	1.854.631	1.038.593	816.038	30,38	56,0
1980	709.553	701.412	8.141**	2.027.770	1.301.024	726.746	35,00	64,2

Fonte: IBGE.

SEPLAN/ES - 1977

*Em virtude da não atualização dos perímetros urbanos grande contingente de população urbana foi recenseada como rural.

**A queda brusca da população rural deveu-se a atualização dos perímetros urbanos na década de 70.

QUADRO 6
 GRANDE VITÓRIA
 CRESCIMENTO DE DOMICÍLIOS - 1970/1977

MUNICÍPIOS	DOMICÍLIOS DURÁVEIS	BARRACOS
	%	%
Vitória	25,9	6,4
Vila Velha e Cariacica	14,3	79,4
Serra	148,0	43,6
Viana	40,8	59,9
TOTAL	23,9	45,1

Fonte: PSE - 1977. Governo do Estado do Esp. Santo.

1.4. NOTAS SOBRE A ESTRUTURA ATUAL DA REDE URBANA

A caracterização da atual estrutura da rede urbana está intimamente vinculada a definição das especificidades que assume a economia do Estado do Espírito Santo vis-à-vis as articulações históricas inerentes ao sistema capitalista. Resgatando as análises anteriores que procuram abordar tal temática, o que se apresenta como fundamental para empreendermos a pretendida caracterização, infere-se que a década de 60 constitui o marco histórico em que se efetiva a redefinição da rede urbana em decorrência da política de erradicação de cafezais.

Ao se tomar como princípio básico que a rede urbana é historicamente definida e retrata a organização endógena do espaço para cumprir o papel nas articulações referido anteriormente, cabe um breve retrospecto histórico das tendências predominantes de ocupação do espaço que obviamente não pode ser tomada homogeneamente em relação ao Estado em sua totalidade.

Compartilhando do processo de ocupação inicial do território brasileiro no qual assumiu nítida relevância a faixa litorânea e subespaços a ele contíguos, tem o ciclo do café uma função de propulsão de uma ocupação mais incisiva do *interior* do espaço do Espírito Santo em momentos históricos distintos face o roteiro seguido por este ciclo: Região Sul - Região Central - Região Norte. Esta marcha engendrou a partir do itinerário que seguiu uma crescente ligação entre os centros urbanos.

Com o seu posterior declínio ocasionado pela política de erradicação, vicejaram outras atividades econômicas, mormente a pecuária que por suas peculiaridades acarretaram, dentre outros aspectos, um fluxo migratório inter e intra-estadual (principalmente em direção a Aglomeração da Grande Vitória) e uma concentração da propriedade da terra em função da inversão de parte do capital disponível após a derrocada do café.

Assim, se coloca de suma relevância agregarmos a análise da desarticula

ção *momentânea* da rede urbana, oriunda desta transição na economia do Estado do Espírito Santo, a interação urbano-rural na medida em que uma parcela expressiva das médias e pequenas cidades gravitaram em torno da cafeicultura, especialmente na região Norte. Quanto a região Sul, que após o deslocamento do café para a região Central passou a ter sua base econômica voltada para a pecuária leiteira, já apresentava, na década de 60, uma rede capilar de pequenas cidades, polarizadas por Cachoeiro de Itapemirim.

Desta forma, a estruturação básica das médias e pequenas cidades estava voltada para cumprir, segundo uma hierarquia *espontânea* (na qual se destacavam os centros regionais de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina) ainda que característica do sistema, os requisitos de reprodução do capital e da força de trabalho engajados em atividades primárias. Com isto ressaltava-se a necessidade de trabalhar-se imbricadamente o complexo urbano-rural pois a desarticulação da rede urbana decorreu de mudanças no espaço rural, sendo que o espaço a ele vinculado não oferecia condições econômico-sociais de reter a força de trabalho expulsa do campo.

Com a ruptura no padrão de acumulação que preponderava na economia estadual, esta passou por uma inércia temporal no sentido de implementação/implantação de um novo padrão de acumulação. Neste interregno afloram *debates* em torno dos rumos a serem seguidos pela economia, sendo o que se consolidou foi um de base urbano-industrial centralizado na aglomeração da Grande Vitória: o Estado realimenta assim a tendência histórica inicial de ocupação do seu espaço.

Os moldes no qual foi deslançado este processo de industrialização, centrados em grandes *complexos industriais* e na política de incentivos fiscais, teve em seu rebatimento espacial uma reafirmação da concentração espacial do capital e da força de trabalho na aglomeração da Grande Vitória - áreas litorâneas próximas. Nela está inserida a capital político-administrativo do Estado e uma atividade intermitente - a portuária - desencadeadora de uma série de atividades até então essencialmente volta

das para o setor terciário. Acresce-se, como elemento que interage com a atividade portuária e que sobressai na estruturação da rede urbana, o sistema rodoviário que lhe confere o papel de ser o nó das comunicações regionais que somadas a outras economias de aglomeração dão complementariedade ao porque-onde se instalaram as atividades industriais.

As especificidades deste processo de centralização da produção secundária na Aglomeração da Grande Vitória, que passou a ser a detentora do eixo estadual de crescimento da economia, deu-se paralelamente a um esvaziamento do *interior* do Espírito Santo que permaneceu calcado numa economia agropecuária fundamentalmente, com um baixo grau relativo de transformação endógena e apresentando indícios de estagnação.

Então, reacende-se aqui o *enfraquecimento* relativo da rede urbana, visto que a interação do espaço urbano-rural das pequenas cidades contém o cerne de sua dinâmica em atividades primárias e são a razão de ser da vitalidade das médias cidades.

Mais recentemente já se percebe e se avalia os resultados da política agrícola dos últimos anos no sistema de cidades.

O café, como se viu, pelo fato de ter sido a base de acumulação da economia capixaba, com a erradicação expulsou a população do campo. A pecuária, o eucalipto, atividades que se seguiram imediatamente ao advento da erradicação, não absorveram o contingente migratório. Pelo contrário, os seus efeitos concentradores da terra, contribuíram para expulsão de trabalhador do campo, deslocado para Grande Vitória e outras unidades da federação. Sendo assim, a rede urbana estadual se destaca, tendo a Grande Vitória como pólo de atração de população.

Ocorre, porém, que outros eventos surgiram, promovendo novos equilíbrios nesta rede urbana. Mesmo sem a Grande Vitória perder a supremacia como principal pólo de atração de população, atualmente já se constata a importância dos grandes projetos agropecuários como fatores de modificação

do equilíbrio da rede urbana.

Além de promover a expulsão de população, os grandes projetos agropecuários, eucalipto, pecuária, café (em novas relações de produção empregando o assalariado) e a cana, atraem contingentes de mão-de-obra. E o que é interessante perceber, é que esse tipo de atividade produtiva, diferente daquela desenvolvida pela unidade familiar e pela parceria, antes de 60, mantendo o homem com a propriedade da terra e na propriedade, expulsa e cria a figura dos chamados *bóias-frias*, ou seja, trabalhador rural que reside em áreas urbanas. E nesse sentido, faz surgirem povoados que nada mais têm do que o papel de funcionarem como *viveiros de mão-de-obra* para o trabalho no campo.

Cabe ressaltar, neste caso, a Região litorânea Norte do Espírito Santo, formada pelos municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus e Conceição da Barra, típica desse fato, pela presença dos grandes projetos. Vem concentrando boa parte da população do Estado que trabalha no campo. A BR 101, na sua extensão, serve de assentamento de povoados e de eixo viário para deslocamento da força de trabalho.

A presença hoje de inúmeros povoados ao longo desta BR não é um fato ao acaso, assim como a existência de favelas nas principais cidades que margeiam - tratam-se de locais de moradia dos *bóias-frias*.

Não havendo normalmente nem infra-estrutura básica, equipamentos urbanos, nem mesmo atividade produtiva, torna-se tudo isso, verdadeiros depósitos de mão-de-obra com todos os problemas que acarreta.

As favelas das cidades, os chamados *Pôs* em Linhares, *Pé-Sujo* em São Mateus, possuem expressivos contingentes destes trabalhadores. Alternam seu trabalho no campo com biscates na cidade. A própria sazonalidade das culturas criam esse movimento, e em muitos casos, deslocamento de uma atividade agrícola para outra, a saber, colhem o café e em seguida, são utilizados no corte da cana, continuando a residir em áreas urbanas.

No extremo norte do Estado, ao redor dos municípios de Montanha, Mucuri, Pinheiros, Ecoporanga, predomina a atividade pecuarista. Nesta região as cidades são pobres, não possuem atividades capazes de absorver os fluxos migratórios saídos do campo por razão da concentração da posse da terra.

Na Região de Colatina já se começa a perceber os efeitos das transformações na cafeicultura desenvolvida com o trabalho familiar, e Colatina e seus arredores sentem os problemas urbanos dos povoados e favelas surgidos de um dia para o outro.

Sendo assim, é possível de se entender, avaliando o exposto, que simplesmente as inversões de *capital de reprodução* (aplicado ou na produção ou distribuição e comercialização) com a finalidade de romper o equilíbrio atual da rede urbana, procurando controlar os fluxos migratórios para a Grande Vitória e mesmo para fora do Estado, não resolve, pois acabam reproduzindo no campo, cidades com os mesmos problemas dos grandes centros urbanos. Urge que se conheçam essas transformações que estão acontecendo no campo e na cidade e que sejam propostas ações surgidas das necessidades capixabas. Ações estas refletidas desde a situação existente nos povoados, pequenas cidades, cidades pólos regionais até a Grande Vitória.

Revelada em linhas gerais a fotografia histórico-atual das tendências de estruturação da rede urbana, detecta-se a primazia assumida pela aglomeração da Grande Vitória em detrimento das pequenas e médias cidades. Ao acentuado desequilíbrio inter-regiões, daí decorrentes, pode-se acoplar em face da relação investimento/emprego preponderante no já citado processo de industrialização, um marcante descompasso na absorção da força de trabalho migrante, um aumento na deterioração da sua qualidade de vida.

2.

UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO PARA O ESPÍRITO SANTO

2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A análise da evolução recente da economia capixaba mostrou claramente que o crescimento resultante da integração ao modelo brasileiro, notadamente pela implantação de alguns projetos de grande porte, reafirmou e acentuou as desigualdades sociais e regionais, tornando ainda mais precárias as condições de vida de grande parte da população.

O desemprego resultante das transformações da agricultura não foi compensado no setor industrial. A concentração urbana, não acompanhada de uma política urbana democrática, resultou em condições extremamente desfavoráveis de moradia na periferia da Grande Vitória e outros centros menores. Os pequenos empreendimentos rurais e urbanos sofreram significativa redução, a par com a expansão da especulação imobiliária e da concentração da propriedade da terra.

Esses resultados econômicos e sociais, ao lado da sucessão de administrações estaduais e municipais pouco comprometidas com o interesse público e as necessidades da maioria da população - o que foi facilitado pelo cerceamento das liberdades públicas e da participação popular - tornaram inadiável o estabelecimento de um novo modelo político, econômico e social para a sociedade capixaba.

Não se tratava apenas de corrigir distorções, de sanear finanças e coibir mordomias e favores. A única alternativa para atender às aspirações da grande maioria da população foi uma estratégia econômica e de desenvolvimento social baseada em prioridades inteiramente diversas, e sustentada por uma estrutura política democrática e popular.

O novo modelo de desenvolvimento, pode ser expresso assim em suas grandes linhas:

- Redistribuição da renda e da riqueza como meta fundamental, constituindo-se no objetivo central das políticas públicas e reformas sociais e implicando em prioridade absoluta na promoção de condições de vida dignas para toda a população.
- Expansão do nível de emprego.
- Crescimento e modernização do aparelho produtivo, subordinados aos objetivos sociais e aos imperativos da competitividade, inovação tecnológica e adequação energética.
- Democratização do Estado e da Sociedade, com base na organização e participação popular.
- Planejamento democrático como estratégia geral da administração pública.

No entanto, não bastam as reformas institucionais, uma nova política salarial e as políticas sociais mais diretas, para garantir à maioria da população condições dignas de vida. A prática generalizada da especulação imobiliária rural e urbana, a falta de planejamento regional, o descaso com o meio ambiente, a subordinação descontrolada de transporte coletivo ao lucro privado de grupos econômicos e uma política restrita, clientelista e não participativa na área de habitação e saneamento básico criaram um quadro extremamente difícil para a vida humana no campo e nas cidades.

É necessário ajustamentos de caráter estrutural, que reordenem o espaço urbano e regional e protejam o meio ambiente. Portanto, o Governo do Estado, no seu Plano de Governo, propõe diretrizes para políticas de investimentos e reordenação estrutural nestes campos, agrupadas sob o nome de Políticas de Reordenação do Espaço e do Meio Ambiente.

2.2. POLÍTICAS DE REORDENAÇÃO DO ESPAÇO E DO MEIO AMBIENTE

2.2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A análise da realidade capixaba mostrou grandes transformações ocorridas nas duas últimas décadas, na medida em que a atividade econômica mais dinâmica deslocou-se do setor agrícola para o setor industrial, concentrando-se na faixa litorânea relativamente próxima à capital.

A desagregação da economia primário-exportadora, conjugada com o desenvolvimento industrial concentrado, provocou grande impacto sobre o meio ambiente: a área metropolitana, e em ponto menor a periferia de algumas cidades médias, absorveram em poucos anos um considerável fluxo migratório.

Esse acelerado processo de urbanização e industrialização significou:

- Do lado da produção, localização de indústrias e escolha de processos produtivos com graves e crescentes impactos sobre o meio ambiente e o equilíbrio regional.
- Do lado das condições de vida da população, crescente e assustador déficit na oferta dos serviços coletivos básicos e deploráveis condições de moradia de aproximadamente 1/3 da população da Grande Vitória, agravados por desenfreada especulação imobiliária.

Essas considerações apontam para o alto grau de articulação necessário entre as políticas de reordenação do espaço e a estratégia de desenvolvimento econômico e social.

Tal constatação fica reforçada ao se considerar que a utilização de recursos públicos no quadro de uma política urbana comprometida com a população carente, significa um importante fator de distribuição de renda.

2.2.2. DIRETRIZES GERAIS

Estabelecido o quadro de profunda vinculação do padrão de desenvolvimento econômico-social aos problemas urbanos e ao encaminhamento de políticas eficazes nesta área, há que considerar as peculiaridades próprias à problemática urbana.

A. O compromisso mais urgente ao nível intra-urbano é com o atendimento de condições mínimas de vida para a grande parte da população excluída dos benefícios do modelo de desenvolvimento do regime autoritário.

Na área da Grande Vitória e de alguns centros urbanos menores, os problemas que afetam esta parte da população vão desde as condições naturais dos espaços a que tem acesso - geralmente morros, mangues, etc. - até as condições extremamente precárias de moradia e de serviços básicos. O que dificulta o alcance dos objetivos de diversas políticas propostas, como por exemplo saúde, lazer, educação, transporte coletivo, etc.

Em que pese o sem número de fatores que contribuem para essa péssima qualidade de vida, a especulação imobiliária assume papel destacado. Intensificada na atual conjuntura recessivo-inflacionária, esse tipo de especulação guarda estreita ligação com as diretrizes gerais do modelo concentrador e a conseqüente orientação, em termos de política urbana, referente ao raio de ação do Governo Estadual e das Prefeituras Municipais.

Na medida em que os níveis de poder mais próximos das questões urbanas não dispõem de mecanismos de controle das principais variáveis que interferem no incremento da especulação (regulação do uso do solo, critérios para definição de áreas e setores prioritários de intervenção, etc.), reduzem-se as possibilidades de acesso da população pobre à terra urbana, à moradia e aos serviços básicos que a complementam.

Tal situação transparece da constatação de uma imensa quantidade de lotes vagos existentes na Grande Vitória ao lado da crescente verticalização por quem vem passando as áreas dotadas de infra-estrutura. Como resultado, o próprio perfil do gasto público amolda-se a este desenvolvimento desequilibrado, direcionando-se para corrigir problemas derivados da especulação imobiliária, resultando, contraditoriamente, na sua própria identificação.

Para se atingir uma política urbana onde o princípio geral seja democratizar a distribuição e acesso aos bens e serviços públicos, assim como a participação efetiva da sociedade nas decisões, torna-se necessário adotar algumas diretrizes:

- Simplificação e popularização dos padrões urbanísticos.
- Subsídio para os serviços públicos e habitação nas áreas de baixa renda.
- Controle sistemático da especulação imobiliária, enquanto forma improdutiva de enriquecimento e agravadora das condições urbanas.
- Democratização do acesso à moradia e serviços públicos fundamentais, conjugando planos de desenvolvimento urbano e reforma fundiária urbana.

É importante enfatizar que a solução definitiva dos graves problemas urbanos dependerá do esforço no sentido de democratizar a legislação pertinente e descentralizar o poder de intervenção. Consubstantiado a isto, é necessário instrumentos que permitam impedir ou minimizar a valorização privada decorrentes de investimentos públicos, impedir as alterações casuísticas nos zoneamentos e nos gabaritos das edificações para atender interesses privados; penalizar a retenção especulativa de terrenos vazios e punir a desobediência a legislação urbanística. Para tanto é necessário que ocorram novos instrumentos jurídicos e tributários a serem efetivados principalmente a nível federal.

B. Ao nível de diretrizes interurbanas, o Governo desenvolve desde 1980, estudos da realidade sócio-econômica de cada região do Estado com o objetivo de interiorizar o desenvolvimento através de ações articuladas nos diversos níveis.

Para se chegar a uma política que venha a amenizar os efeitos de desequilíbrios regionais está se procurando primeiramente identificar regiões carentes de equipamentos e serviços de grande alcance social; identificar os gargalos da produção, atividades com efetivo potencial de respostas no que refere à geração de renda, emprego, aumento da produção: identificar os subespaços homogêneos existentes em cada região sob a ótica da organização da produção, apreendendo a sua dinâmica interna específica e suas articulações com o exterior e ter um melhor conhecimento das áreas urbanas. O objetivo desses estudos, em desconhecimento, é articular organismos setoriais que interferem na aplicação da política estadual com a finalidade de conjugar instrumentos e recursos, evitando a superposição de atividades e projetos, assim como a pulverização ineficaz dos investimentos.

O trabalho caminha para que, nos próximos meses, se tenha, através principalmente, do conhecimento da produção ou das diversas formas de produção existentes no Espírito Santo, e das áreas urbanas localizada em cada subespaço homogêneo, condições de contemplar a dinâmica interna de cada subespaço assim como propor medidas de intervenção diferenciada em cada espaço ou conjunto de espaços (urbano-rural).

Neste sentido, o setor público do Espírito Santo vem desenvolvendo e estão programadas uma série de ações no sentido de implementar a Política de Reordenação do Espaço e do Meio-ambiente.

No tocante ao espaço urbano, as ações estão dirigidas para o uso e ocupação do solo urbano, habitação, saneamento e transportes urbanos.

2.2.3. A REORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

I. GRANDE VITÓRIA

OBJETIVOS:

- a) implantar uma verdadeira política urbana com sistema efetivo de planejamento urbano, equipado com poderes para disciplinar o uso e a ocupação do solo e coibir a especulação imobiliária na Grande Vitória;
- b) disciplinar o processo de ocupação do solo, através de uma política fundiária urbana;
- c) definição das propriedades de investimentos públicos;
- d) disciplinar o processo de ocupação do solo através da aplicação da Lei Federal nº 6766/79 e da Lei Estadual nº 384/80;
- e) elaboração de programas e materiais que permitam uma maior divulgação sobre a cidade e os direitos que são assegurados à população;
- f) disciplinar o processo de ocupação do solo urbano, através de instrumentos tributários.

Os programas e projetos relacionados do espaço são:

EM EXECUÇÃO:

- A - Implantação do *Plano de Transportes Coletivos da Grande Vitória - TRANSCOL*, destinado a oferecer uma melhoria geral do sistema, com a introdução de mudanças em suas estruturas operacional, tarifária, institucional, e melhor gerenciamento institucional no sentido de se obter melhor conforto e regularidade dos veículos e de circulação.

As obras programadas no TRANSCOL estão sendo executadas dentro do Programa Aglomerados Urbanos - AGLURB - da EBTU.

- B - Implantação das obras de infra-estrutura e equipamentos coletivos do Projeto Especial Cidades de Porte Médio, bem como dos estudos de modernização administrativa das prefeituras envolvidas no projeto (Vitória, Vila Velha e Cariacica).

- C - Assessoramento a Prefeitura de Cariacica na finalização dos Estudos da Política de Desenvolvimento Urbano do Município, destinada a dispor de estudos básicos; instrumentos de controle do uso e ocupação do solo, meio-ambiente; estudos de perspectivas econômicas; política setoriais ao nível de saneamento, educação e cultural.

- D - Assessoramento ao Município de Vila Velha na finalização do Plano Diretor Urbano através da elaboração dos Projetos de Lei de Uso e Ocupação do Solo e Edificações. O município já conta com vários instrumentos de controle do uso e ocupação do solo destinados a normatizar as ações quanto ao parcelamento do solo, meio ambiente, limite entre área urbana e rural, cadastro de contribuintes e mobiliário, projeto de lixo (resíduos sólidos).

- E - Acompanhamento da implantação do Plano Diretor Urbano do Município de Vitória (Lei 3158/84), através da participação no Conselho Municipal do Plano Diretor, que tem como atribuições a análise de aspectos específicos de uso e ocupação do solo municipal e de propor, revisões no Plano Diretor. Este Conselho é composto por membros da Prefeitura, órgãos públicos estaduais e federais, associações de classe e comunidade.

- F - Assessoramento ao município de Viana na elaboração do Projeto de Lei que regula o parcelamento do solo.

- G - Exame dos projetos de parcelamento do solo para fins urbanos, através da aplicação das normas estabelecidas na Lei Estadual nº 3384/80. O processo de aprovação dos parcelamentos permite com que as concessionárias de serviço público tenham um conhecimento prévio das áreas a serem parceladas possibilitando assim opinar da viabilidade de atendimento.

Paralelamente a aplicação da Lei 3384/80 foram elaborados e estão em desenvolvimento estudos que visam disciplinar o processo de crescimento urbano da Aglomeração Urbana da Grande Vitória, avançando, assim, para o controle da expansão urbana.

- H - Implantação do Conselho de Desenvolvimento Integrado da Grande Vitória - CODIVIT, criado pela Lei nº 3176/77. As ações implementadas através do CODIVIT, visam maior integração entre os municípios da Grande Vitória na solução de problemas comuns, integrando as ações municipais e estaduais. É composto pelos secretários estaduais da COPLAN (presidente do Conselho), Interior e Transportes e Bem Estar Social, os cinco prefeitos da Grande Vitória e o Diretor Superintendente do Instituto Jones dos Santos Neves.
- I - Finalização dos estudos *Bacia do Rio Aribiri* no município de Vila Velha. Esta bacia ocupa área de 2.030ha sendo que praticamente a metade (935ha) esta ainda desocupada, em condições de ecossistema natural, com grande pressão para ocupação esperada nos próximos anos, visto a proximidade com o Porto de Capuaba, conjuntos habitacionais, obras viárias programadas, etc. Metade da área tem drenagem impedida, o que causa problemas de saneamento e outra grande área (250ha) é formada por morros de granito cobertos com uma pequena camada de solo com grandes problemas de erosão. A população estimada da bacia é de 97.000 habitantes (aproximadamente metade dos 206.000 habitantes do município) sendo que a renda familiar esta abaixo dos 3 salários mínimos.
- J - O Projeto de Legalização Fundiária, Lotes Urbanizados e Melhorias Habitacionais, tem como objetivo a legalização da posse da terra aos atuais moradores ocupantes de quatro áreas na Grande Vitória, além da execução de ligações domiciliares de esgoto, água e energia elétrica internas aos lotes.

ESTUDOS E PROJETOS PROGRAMADOS:

- A - Constituição de um grupo de coordenação técnica com a participação de todos os órgãos e concessionárias de serviço público ou mistos (CESAN, ESCELSA, TELEST, COHAB, INOCOOP, DETRAN, IJSN) que atuam na Grande Vitória, com o objetivo de integrar os planejamentos, o controle operacional e assessorar o CODIVIT.

- B - Elaboração do II Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória que tem por objetivo, através das diretrizes para o ordenamento espacial da Grande Vitória, definir as estratégias de ações setoriais.
- C - Estudo da Problemática Fundiária na Grande Vitória que tem por objetivo entender a lógica de funcionamento e os mecanismos que regem o mercado de terrenos urbanos, com o intuito de propor medidas para alguns *problemas* urbanos como:
- excessiva valorização dos terrenos;
 - segregação do espaço;
 - super e subutilização do solo (ocupação rarefeita e dispersa ao lado de excessiva diversificação);
 - aumento do custo da infra-estrutura;
 - degradação do meio ambiente urbano.
- D - Assessoramento a Prefeitura Municipal da Serra na elaboração de diretrizes de controle do uso e ocupação do solo.
- E - Elaboração do Plano Diretor de Transportes Urbanos - P.D.T.U., programado para ser iniciado em 1985.

II. CIDADES DE PORTE MÉDIO, PEQUENAS CIDADES E VILAS

A nível das Cidades de Porte Médio do Espírito Santo (Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Nova Venêcia e Linhares) a proposta é o incentivo a criação de instrumentos básicos para a implementação de uma política urbana.

Além da atual assessoramento à Prefeitura Municipal de Colatina, na elaboração de diretrizes para o controle do uso e ocupação do solo, de transportes coletivos e de investimentos público, estão programados outras idênticos trabalhos nas outras cidades de porte médio do Espírito Santo.

Além do assessoramento, estão previstas ações no sentido de incentivar (através de cursos e trabalhos conjuntos) a formação de equipes locais que traduzam as políticas definidas nos Conselhos Municipais de Planejamento em ações, implementando o processo de planejamento.

A nível das pequenas cidades e/ou vilas a proposta é: identificar aquelas que tenham importância no auxílio à produção econômica de sua região para apoiar a seleção das obras e equipamentos que devem ser implantadas como suporte dessas atividades econômicas e melhoria das condições de vida da população.

- Assessorar as prefeituras, no sentido de equacionar um conjunto de ações (instrumentos jurídicos e de investimentos) voltadas para colocar no setor público o controle do uso e ocupação do solo.

Estão sendo desenvolvidas as seguintes ações:

1. Assessoramento a várias prefeituras no sentido de dotá-las de instrumentos jurídicos de controle do uso e ocupação do solo e na elaboração de projetos específicos;
2. Elaboração de perfis das cidades e vilas objeto de assessoramento, com a finalidade de por um lado ter um melhor conhecimento dessas áreas urbanas e de outro identificar qual o grau de conhecimento existente no campo físico e indicar as medidas a serem adotadas.

Esses perfis serão elaborados em todas as localidades com população acima de 400 habitantes, dentro do projeto em desenvolvimento *Projeção de População nas Cidades e Vilas do Espírito Santo*.

III. AO NÍVEL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ao nível do Estado do Espírito Santo, estão sendo desenvolvidas 2 projetos (Planos de Desenvolvimento, Regional Integrado e Projeção de População nas Cidades e Vilas do Espírito Santo) que fornecerão subsídios para:

- Identificar o tipo de ação que se deva ter nas áreas urbana inseridas num subespaço homogêneo ao nível da produção rural;
- Identificar quais as cidades e vilas que devam ser objeto de estímulo e assistência técnica-financeira.
- Identificar ações que devam ser empreendidas ao nível regional para que se viabilize a interiorização do desenvolvimento.

IV. HABITAÇÃO

Na área de habitação, estão definidas algumas linhas básicas de atuação:

- a) Compatibilização da política habitacional com o planejamento urbano municipal;
- b) Integração da política habitacional com a de infra-estrutura e equipamentos comunitários;
- c) Estabelecer uma política de compra e estoque de terra afinada ao planejamento urbano municipal;
- d) Estudos e pesquisas que se voltem para a problemática da habitação popular;
- e) Rever algumas exigências de legislação estadual e municipal e das exigências técnicas das concessionárias de infra-estrutura;
- g) Proceder ao cadastro social das invasões.

Dentro dessas linhas básicas de atuação foram desenvolvidas e estão programadas as seguintes ações:

ELABORADO:

- Estudo das áreas prioritárias (vazios urbanos) para a implantação de conjuntos habitacionais de interesse social. Este trabalho visa assessorar o BNH e os agentes promotores na seleção e compra de terra e programar o planejamento das concessionárias de serviço público (água e energia).

EM EXECUÇÃO:

- Cadastro físico, documental e sócio-econômico de quatro grandes áreas de ocupação na Grande Vitória. Este trabalho tem por objetivo a legalização da posse da terra e a execução de obras de infra-estrutura a fim de melhorar as condições do habitat.

EM PROGRAMAÇÃO:

- Avaliação do Estudo *áreas prioritárias para implantação de conjuntos habitacionais na Grande Vitória*;
- Elaboração desse estudo para as cidades de porte médio no Espírito Santo. (Colatina, Cachoeiro do Itapemirim, Linhares e Nova Venécia);
- Elaboração da *Política de Habitação Popular*.

V. SANEAMENTO

Na área de saneamento, o setor público enfrenta dois problemas básicos:

- Carência de recursos;
- A velocidade de execução das obras não acompanhar a pressão de demanda.

Neste sentido, os objetivos propostos, visam:

- a) Integrar o planejamento da infra-estrutura com o planejamento urbano dos municípios;
- b) Modificar o atual sistema de deposição do esgoto sanitário na Grande Vitória, atualmente lançado *in natura* ao mar, através das galerias de águas pluviais;
- c) Estender os serviços de água, a cerca de 150.000 habitantes da Grande Vitória que não contam com abastecimento regular;
- d) Articular com as prefeituras para atendimento aos pequenos núcleos urbanos, (de 146 comunidades com mais de 500 habitantes apenas 93 dispõem de água e 21 de esgoto).

Os programas e projetos relacionados ao saneamento são:

ELABORADO:

- A - Redistribuição da rede de abastecimento da água na Grande Vitória. Este trabalho está integrado as propostas de uso e ocupação do solo para os municípios da Grande Vitória.
- B - Plano Diretor de Esgotamento Sanitário. Elaborado em 1983, este trabalho dá uma aproximação do custo das obras que devem ser executados, se for adotado o sistema de interceptos oceanico.

Atualmente a CESAN desenvolve projeto, para executar as obras de esgotamento sanitário em algumas áreas da Grande Vitória, utilizando um modelo alternativo ao interceptos. Este trabalho também foi integrado aos estudos de uso e ocupação do solo na Grande Vitória.

VI. PROGRAMAS E ESTUDOS BÁSICOS NECESSÁRIOS

As informações contidas no presente documento, de acordo com o exposto, pretendem formalizar um balizamento para desencadeamento do processo de planejamento. Contudo, esse processo, estando subordinado à interpretação da realidade, deve dispor de algumas ferramentas indispensáveis à consecução dos objetivos propostos.

Por isso mesmo que se entende necessária a realização de ações complementares, capazes de ampliar a base de entendimento dos objetos em estudo, a saber:

- A - Fortalecimento das equipes de planejamento ao nível municipal através de treinamento com linhas de financiamento específicas;
- B - Estudo sobre emprego e renda e setor informal da economia;
- C - Estudos para ampliação da base de participação popular no processo de planejamento;
- D - Análise de técnicas de baixo custo para saneamento básico;
- E - Estudos específicos acerca do impacto causado pelos Grandes Projetos no Espírito Santo;
- F - Perspectivas do desenvolvimento sócio-econômico do Espírito Santo;
- G - Estudos específicos para preservação do patrimônio ambiental do Espírito Santo.